

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
E CONTEXTO SOCIAL:
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social Questões Contemporâneas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-434-4 DOI 10.22533/at.ed.344192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 2, são 30 artigos agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

No Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, são 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERVENÇÃO PROPRIOCEPTIVA: A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SNOEZELEN EM CRIANÇAS COM TEA, PC E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR	
Cristiane Gonçalves Ribas Daiara Daiane de Almeida Juliana Anton	
DOI 10.22533/at.ed.3441925061	
CAPÍTULO 2	18
ADAPTAÇÃO CURRICULAR EM MATEMÁTICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ESCOLAS REGULARES	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925062	
CAPÍTULO 3	24
ATIVIDADE LÚDICA COM RUBIK'S CUBE (CUBO MÁGICO) NO DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO E HABILIDADES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MODERADA	
David Martins Campos Adriano de Souza Alves Maria do Carmo Tito Teixeira Tania Maria Lima Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3441925063	
CAPÍTULO 4	30
INTERAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ATIVIDADES FÍSICAS ESPORTIVAS NA APAE ESCOLA "MOLEQUE SABIDO" NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DE MINAS – MG: ESTUDO DE CASO	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925064	

CAPÍTULO 5	36
AS TECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Sandra Mello de Menezes Felix de Souza Maria de Fátima de Oliveira Freitas Barbosa Dagmar de Mello e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3441925065	
CAPÍTULO 6	43
CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS NO ENSINO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN QUE APRESENTAM DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatíel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925066	
CAPÍTULO 7	50
EDUCAÇÃO ESPECIAL, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E NECESSIDADE DE APOIO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES	
Elisiane Perufo Alles Sabrina Fernandes de Castro Iasmin Zanchi Boueri	
DOI 10.22533/at.ed.3441925067	
CAPÍTULO 8	67
EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DA UEG/ ESEFFEGO	
Vicente Paulo Batista Dalla Déa Samuel Gomes de Souza Bruno Azevedo de Mello Bruna Teodora Zizi Pais	
DOI 10.22533/at.ed.3441925068	
CAPÍTULO 9	77
ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Aparecida Ferreira de Paiva Andréia Maria de Oliveira Teixeira Eliana Cristina Pedroso Andréa Rizzo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3441925069	
CAPÍTULO 10	85
ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE LANDAU-KLEFFNER	
Janine Cecília Gonçalves Peixoto	

Lavine Cardoso Ferreira Rocha
Priscila Moreira Corrêa-Telles
DOI 10.22533/at.ed.34419250610

CAPÍTULO 11 96

FATORES FACILITADORES E BARREIRAS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL EM ESCOLAS DA REDE REGULAR DE ENSINO

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Marisa Cotta Mancini
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatiel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.34419250611

CAPÍTULO 12 105

OS IDIOMAS DO APRENDENTE: ADAPTAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM LÍNGUA ESPANHOLA PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Natalia Regiane Dourado Leme Parmegiani

DOI 10.22533/at.ed.34419250612

CAPÍTULO 13 117

O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leandro Teles Antunes dos Santos
Karina Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.34419250613

CAPÍTULO 14 128

TESTE DE VERIFICAÇÃO PARA HIPÓTESE DO NÍVEL SILÁBICO: VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM DOS DEFICIENTES INTELECTUAIS NA APAE DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Julia Marcelina Ferreira de Melo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34419250614

CAPÍTULO 15 135

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESORDEM NO PROCESSAMENTO SENSORIAL E INTERFERÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Joana da Rocha Moreira
Allan Rocha Damasceno
Rosangela Costa Soares Cabral
Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.34419250615

CAPÍTULO 16 147

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018): UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O VIÉS DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Emne Mourad Boufleur
Morgana de Fátima Agostini Martins

Priscila de Carvalho Acosta
Roseli Áurea Soares Sanches
DOI 10.22533/at.ed.34419250616

CAPÍTULO 17 162

CONCEITOS MATEMÁTICOS SOBRE ESPAÇO E FORMA NECESSÁRIOS PARA A ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DE ESTUDANTES CEGOS

Eliziane de Fátima Alvaristo
Renato Hallal

DOI 10.22533/at.ed.34419250617

CAPÍTULO 18 176

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE AFETIVIDADE E INCLUSÃO DE CRIANÇAS CEGAS

Leida Raasch
Rita de Cássia Cristofoleti

DOI 10.22533/at.ed.34419250618

CAPÍTULO 19 185

MUSICOTERAPIA NA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS: UM ESTUDO DE CASO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO MUNICÍPIO DE JECEABA – MG

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatiel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.34419250619

CAPÍTULO 20 193

ENSINO DE LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS SURDOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro
Kátia Regina de O. R. P. Santos

DOI 10.22533/at.ed.34419250620

CAPÍTULO 21 207

PESSOAS SURDAS: DIREITO À ACESSIBILIDADE E OUTRAS CONQUISTAS

Dhenny Kétully Santos Silva Aguiar
Norma Aparecida Costa dos Santos
Dheimy Tarllyson Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.34419250621

CAPÍTULO 22 217

“INCLUSÃO CONTRÁRIA” E AS NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosangela Costa Soares Cabral
Allan Rocha Damasceno
Joana da Rocha Moreira

CAPÍTULO 23	228
AVALIAÇÃO DE LACTENTES ABRIGADOS ENTRE 1 E 2 ANOS E 6 MESES DE IDADE NAS ÁREAS PESSOAL-SOCIAL, MOTOR FINO ADAPTATIVO, LINGUAGEM E MOTOR GROSSO	
Fátima Carina Benini Bocuto Thais Invenção Cabral Eloisa Tudella Andrea Baraldi Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.34419250623	
CAPÍTULO 24	237
CONSTRUINDO PAREDES INCLUSIVAS SOB O OLHAR DO GESTOR DEMOCRÁTICO	
Arliza Landeiro Guimaraes Dalonso	
DOI 10.22533/at.ed.34419250624	
CAPÍTULO 25	248
O ALUNO DISLÉXICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.34419250625	
CAPÍTULO 26	257
ABORDAGEM METODOLÓGICA SOBRE A SEMANA SANTA EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA	
Ana Kécia da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.34419250626	
CAPÍTULO 27	263
DO ORALISMO AO BILINGUISMO: O MOVIMENTO DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	
Clélia Maria Ignatius Nogueira Maria Lucia Panossian Beatriz Ignatius Nogueira Soares	
DOI 10.22533/at.ed.34419250627	
CAPÍTULO 28	274
EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES E CULTURAS LATINO - AMERICANAS: O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SÃO PAULO	
Adriana de Carvalho Alves Braga Cristiane Santana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34419250628	
CAPÍTULO 29	290
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: OFICINA DE MEMÓRIA E APOIO PEDAGÓGICO PARA JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Neila Santos Brandão, Sérgio Adriany Santos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.34419250629	

CAPÍTULO 30	300
O OLHAR DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR	
Liliane Viana Soares	
Patrícia Siqueira dos Santos	
Eleny Brandão Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.34419250630	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	312

EDUCAÇÃO ESPECIAL, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E NECESSIDADE DE APOIO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES.

Elisiane Perufo Alles
Sabrina Fernandes de Castro
lasmin Zanchi Boueri

RESUMO: Durante a graduação no curso de licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul/Brasil, inúmeros desafios são apresentados aos acadêmicos, um deles diz respeito a atuação com pessoas com deficiência intelectual (DI). Nesse trabalho, de conclusão de Curso, utilizamos os dados da Escala de Intensidade de Apoio (SIS), da American Association on Intellectual and Developmental Disability, para discutir o atual conceito de DI, bem como analisar as mudanças que ocorreram nos últimos anos da visão e da relação da sociedade com a pessoa com DI. Essa escala está em fase de validação no Brasil. As informações da SIS contribuem para a identificação de jovens e adultos com DI com base na intensidade de apoio. Para tal discussão, utilizou-se os resultados da SIS, Rio Grande do Sul, realizando uma análise de correlação entre as variáveis: idade, escolaridade, tempo de instituição, nível e os totais da Seção 1 da SIS. Nesse sentido, na realidade pesquisada os resultados nos fazem pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem, o tempo que o sujeito

permanece na instituição e a qualidade deste ensino. Espera-se que com a validação da SIS a mesma torne-se um recurso a ser utilizado na avaliação, na formação inicial de professores, no planejamento de planos individualizados, nas práticas pedagógicas nas escolas regulares e, também, na definição de diretrizes de atuação com estudantes com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Apoio. Avaliação. Definição.

SPECIAL EDUCATION, INTELLECTUAL DISABILITY, EVALUATION AND NEED FOR SUPPORT: CONCEPTS AND POSSIBILITIES.

ABSTRACT: During the undergraduate course in Special Education of the Federal University of Santa Maria, Rio Grande do Sul/Brazil, a number of challenges are presented to the students, one of which concerns the work with people with intellectual disabilities (ID). In this study, we used the data of the Supports Intensity Scale (SIS) from the American Association on Intellectual and Developmental Disability Support Intensity to discuss the concept of ID, as well as to analyze the changes that occurred in the last few years of the vision and the relationship that society have with people with ID. This scale is being validated in Brazil. Thus, the present work aimed to discuss the current concept of DI

based on the results of the SIS, Rio Grande do Sul, for which a correlation analysis was performed between the variables: age, schooling, institution time, level and the SIS Section 1 totals. In this sense, in the researched reality the results make us think about the teaching and learning process, the time the subject stays in the institution and the quality of this teaching. It is hoped that the SIS validation will become a resource to be used in the evaluation, in the level of basic teacher training and, later, in the planning of individualized plans.

KEYWORDS: Special Education. Intellectual Disability. Support. Evaluation. Definition.

INTRODUÇÃO

No decorrer do curso de graduação de licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul/Brasil, inúmeros são os desafios que estão presentes no percurso acadêmico. Cabe destacar que um destes desafios refere-se à atuação junto às pessoas com deficiência intelectual (DI). Materializou-se, neste artigo, como trabalho de conclusão de curso, algumas reflexões acerca dos termos, definições, conceitos e possibilidades, abrangendo a temática da deficiência intelectual, focando em processos como a avaliação e a determinação das necessidades de apoio do sujeito com DI.

Partindo de uma contextualização histórica, percebemos que no Brasil, muitos foram os termos e as definições utilizadas para se referir ao sujeito com DI ao longo dos tempos, a saber: idiotas, dementes, imbecis, retardados, doentes mentais, loucos, cretinos, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, entre outros (AAMR, 2006; Pessotti, 2012). Termos estes que representam uma determinada época histórica, tendo uma visão de mundo distinta repleta de significação e condutas a serem tomadas frente à pessoa com deficiência.

Os primeiros relatos de pessoa com deficiência apontam que elas eram negligenciadas, perseguidas, maltratadas, segregadas e discriminadas e por serem consideradas subumanas legitimavam-se os sacrifícios, a eliminação ou o abandono (Pessotti, 2012).

O século XX é marcado pelas grandes transformações, pesquisas e métodos pedagógicos, caracterizando-se, também, pela busca ativa de uma conceituação da definição e da caracterização funcional acerca da DI (Pessotti, 2012).

A fim de compreender o conceito de DI, num enfoque educacional, a *American Association on Intellectual and Developmental Disability (AAIDD)*¹, fundada em 1876, e tendo como primeiro presidente Séguin, publicou vários manuais e revisões, que sucederam na seguinte ordem cronológica: 1908, 1937, 1941, 1957, 1959, 1961, 1973, 1977, 1983, 1992, 2002 e a atual manual de 2010.

A AAIDD, associação de pesquisa dirigida a estudos sobre DI, tem significativa

1 Anteriormente conhecida como *American Association on Mental Retardation (AAMR)*.

influência nos conceitos atualmente utilizados em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Neste, o conceito atribuído à AAIDD influencia muitos pesquisadores e políticas públicas atualmente vigentes para a área e em consonância com o DSM-V (2014).

Vejamos um breve histórico cronológico das definições apresentadas pela AAIDD.

ANO	AUTOR PRINCIPAL	DEFINIÇÃO	CRITÉRIOS DE INSERÇÃO PELA IDADE
1908	Tredgold	Um estado de deficiência mental de nascença ou a partir de tenra idade, devido a desenvolvimento cerebral incompleto, em consequência do qual a pessoa afetada é incapaz de realizar seus deveres como membro da sociedade na posição da vida para a qual ela nasceu.	Um estado de deficiência mental, desde o nascimento, ou a partir de uma idade precoce, devido ao desenvolvimento cerebral incompleto.
1937	Tredgold	A deficiência mental é um estado de desenvolvimento mental incompleto de um tipo e grau que o indivíduo é incapaz de se adaptar ao ambiente normal de seus companheiros, de maneira a conseguir levar sua vida independentemente de supervisão, controle ou apoio externo.	Um estado de desenvolvimento mental incompleto.
1941	Doll	Um estado de incompetência social obtido na maturidade, ou provável de se obter na maturidade resultante de uma parada no desenvolvimento de origem constitucional (hereditária ou adquirida); a condição é essencialmente incurável através de tratamento e irremediável através do treinamento	Um estado de incompetência social obtido na maturidade, ou susceptível de obter na maturidade, resultante de uma parada do desenvolvimento de origem constitucional.
1959	Heber	O retardo mental refere-se a um funcionamento intelectual geral abaixo da média que se origina durante o período desenvolvimental e está associado a uma deficiência em uma ou mais das seguintes: áreas (1) amadurecimento, (2) aprendizagem e (3) ajustamento social.	Origina-se no período de desenvolvimento até mais ou menos os 16 anos.
1961	Heber	O retardo mental refere-se a um funcionamento intelectual geral abaixo da média que se origina durante o período desenvolvimental e está associado com deficiência no comportamento adaptativo.	Origina-se no período de desenvolvimento até mais ou menos os 16 anos.

1973	Grossman	O retardo mental refere-se a um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, existente ao mesmo tempo com déficits no comportamento adaptativo e manifestado durante o período desenvolvimental	Manifesta-se durante o período de desenvolvimento (até os 18 anos).
1983	Grossman	O retardo mental refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, resultando em ou associado a deficiências concomitantes no comportamento adaptativo e manifestado durante o período de desenvolvimento	Manifesta-se durante o período de desenvolvimento (Período de tempo entre a concepção e o 18º aniversário).
1992	Luckasson et al	O Retardo mental refere-se a limitações substanciais no funcionamento atual. É caracterizado por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, existente ao mesmo tempo com limitações relacionadas em duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas aplicáveis: comunicação, autocuidado, vida doméstica, habilidades sociais, uso da comunidade, autodirecionamento, aprendizagem funcional, lazer e trabalho.	Manifesta-se antes dos 18 anos.
2002	Luckasson et al	O retardo mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.	Origina-se antes dos 18 anos.
2010	Shogren et al	A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo como é expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.	Se origina antes dos 18 anos.

Quadro 1 - Resumo Histórico das Definições da Deficiência Intelectual segundo a AAIDD:

Fonte: AAMR 2006 e AAIDD 2010 (tradução livre do autor)

Podemos verificar que o atual conceito, de 2010 (décima primeira edição do Manual), nos apresenta a nomenclatura Deficiência Intelectual, que já vinha sendo utilizada desde a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, realizada no Canadá (OMS, 2004), evento que originou a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. A mudança que encontramos na nova edição (2010) em relação à edição anterior do manual (2002) é a substituição do termo mental por intelectual, mas como destacado por Pletsch (2012):

não se trata simplesmente da troca de uma expressão por um sinônimo menos estigmatizante. Esta mudança de terminologia – fruto de amplo debate nos meios científicos internacionais – representa um novo paradigma em termos de definição do construto da deficiência intelectual, em processo desde a definição e classificação apresentada pela então AAMR em 2002 (PLETSCH, 2012, p.196).

Desta forma, segundo a 11ª edição da AAIDD a definição de deficiência intelectual é caracterizada por

limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo como é expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência se origina antes dos 18 anos (AAIDD, 2010, p. 5)².

No Quadro 2, são apresentados exemplos de habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.

CONCEITUAL	SOCIAL	PRÁTICA
> Linguagem	> Habilidades Interpessoal	> Atividades da vida diária (cuidados pessoais)
> Leitura e escrita	> Responsabilidade social	> Habilidades ocupacionais
> Conceito de dinheiro	> Auto-estima	> Uso de Dinheiro
> Conceito de tempo e	> Credibilidade	> Segurança
> Conceito de número.	> Cautela	> Cuidados de Saúde
	> Seguir regras	> Viagem/transporte
	> Obedecer leis	> Horários/rotinas
	> Evitar vitimização	> Uso do telefone
	> Resolução de problemas sociais.	

Quadro 2. Exemplo de Habilidades Adaptativas Conceituais, Sociais e Práticas.

NOTA: Tradução livre do autor (AAIDD 2010).

São apresentadas também cinco princípios importantes na aplicação de tal definição:

- 1) as limitações no desempenho atual devem ser consideradas no ambiente comunitário típico da idade e cultura do indivíduo;
- 2) a avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística, bem como as diferenças de comunicação, nos fatores sensoriais, motores e comportamentais;
- 3) em cada indivíduo, as limitações frequentemente coexistem com as potencialidades;
- 4) uma proposta importante na descrição de imitações é desenvolver um perfil de necessidade de apoios;

² Tradução livre do autor (AAIDD 2010).

5) com apoios personalizados apropriados durante um determinado período de tempo, o funcionamento cotidiano da pessoa com retardo mental em geral melhora (BOUERI, 2010, p. 29).

Estes princípios juntamente com o modelo teórico da deficiência intelectual, que possui um foco ecológico (AAIDD, 2010), permitem-nos identificar que o funcionamento individual é resultante da interação de apoios com as dimensões de Habilidades Intelectuais; Comportamento Adaptativo; Participação; Saúde e Contexto. Assim, a DI deve ser avaliada considerando essas interações.

Neste contexto, podemos considerar o diagnóstico passível de mudança, uma vez que este diagnóstico leva em consideração as questões ambientais, o desenvolvimento de potencialidades e implementação de apoios (Boueri, 2010). Ao nos referirmos ao apoio, declaramos que ele consiste em recursos e estratégias que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento, da educação, dos interesses e do bem-estar a fim de melhorar o funcionamento individual do sujeito favorecendo a aprendizagem e tornando-o independente.

DESENVOLVIMENTO

Buscando contribuir com a avaliação de jovens e adultos com DI, está em processo final de validação, no Brasil, a Escala de Intensidade de Apoio – SIS (*Supports Intensity Scale*) junto a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Já em âmbito regional, no Rio Grande do Sul foi desenvolvido junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o projeto intitulado “As Contribuições do Rio Grande do Sul para a validação da escala de Intensidade de Suporte – SIS no Brasil” que teve por objetivo, aplicar a Escala em sessenta e seis jovens e/ou adultos com DI residentes no interior do estado.

Cabe destacar, que a escala SIS tem “como finalidade mensurar a intensidade da necessidade de suporte/apoio que uma pessoa com DI precisa para relacionar-se, viver e conviver de acordo com as demandas da sociedade atual ” (Almeida, 2013, p. 14), podendo propiciar melhora inclusive na qualidade de vida do sujeito.

Nesse contexto, buscando problematizar e discutir o conceito de DI foi utilizado os resultados coletados no Rio Grande do Sul com a aplicação da Escala. Para a análise empregou-se o teste de correlação de *Pearson* analisando as variáveis: idade, escolaridade, tempo de instituição, nível e os totais da Seção 1.

Cabe salientar que os totais da Seção 1 são resultantes da frequência, do tempo diário e do tipo de apoio que o sujeito necessita para desempenhar as atividades apresentadas em cada item da subescala. Essa seção é constituída por 49 atividades divididas em seis subescalas: Vida Diária (Parte A); Vida em Comunidade (Parte B); Aprendizagem ao Longo da Vida (Parte C); Atividades de Emprego (Parte D); Atividades de Saúde e Segurança (Parte E); e, Atividades Sociais (Parte F).

Participaram da pesquisa sessenta e seis jovens e/ou adultos com DI e/ou seus responsáveis legais ou profissionais que trabalham e/ou prestam assistência ao jovem/

adulto com DI há mais de três meses, residentes no Rio Grande do Sul.

A aplicação da escala foi realizada com os seguintes percentuais de participantes de acordo com o nível intelectual: 42,4% das escalas foram aplicadas com jovens e adultos com deficiência intelectual leve; 36,4% com deficiência intelectual moderada; 7,6% com deficiência intelectual severa e 13,6% com deficiência intelectual profunda.

A aplicação da escala ocorreu em dois municípios: Santa Maria e Agudo (ambos no interior do Rio Grande do Sul).

Para a coleta dos dados foram seguidas três etapas, a saber:

Etapa 1. Contato inicial com as entidades;

Etapa 2. Agendamento das visitas nas entidades participantes;

Etapa 3. Aplicação da Escala de Intensidade de Apoio (SIS – Brasil).

As análises dos dados seguiram duas etapas:

Etapa 1. Envio dos dados para a equipe do projeto nacional;

Etapa 2. Procedimento de análise de dados locais de acordo com as instruções da Escala SIS.

Após coleta e análise de dados adicionou-se uma etapa extra ao projeto: Produção do relatório individual de cada participante com o resultado da SIS e algumas sugestões para elaboração do Planejamento Educacional Individualizado – PEI (Esse relatório foi entregue as instituições participantes).

Salientamos que o projeto nacional foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (aprovado pelo parecer nº 462.550 de 10 de dezembro de 2013). Ainda, antes do início da coleta dos dados os participantes assinaram os Termos de acordo com o nível de participação (a saber, os Termos utilizados na pesquisa são: Termo de Consentimento Livre Esclarecido Institucional, Termo de Consentimento Livre Esclarecido aos Participantes, Termo de Consentimento Livre Esclarecido aos Responsáveis legais dos jovens e adultos com deficiência intelectual e o Termo de Assentimento para a pessoa com deficiência).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os dados referentes ao diagnóstico na realidade do Rio Grande do Sul, podemos constatar que ele se centra no julgamento clínico (86%), nenhum dos jovens e adultos participantes da pesquisa possuíam avaliação no que se refere ao comportamento adaptativo, na realidade pesquisada não identificamos a utilização de tais instrumentos avaliativos.

Desta forma, analisando os dados contidos na SIS, observamos o predomínio do julgamento clínico nos diagnósticos. Assim, apresentamos na figura 1 os diagnósticos de comorbidades adicionais a DI dos sujeitos.

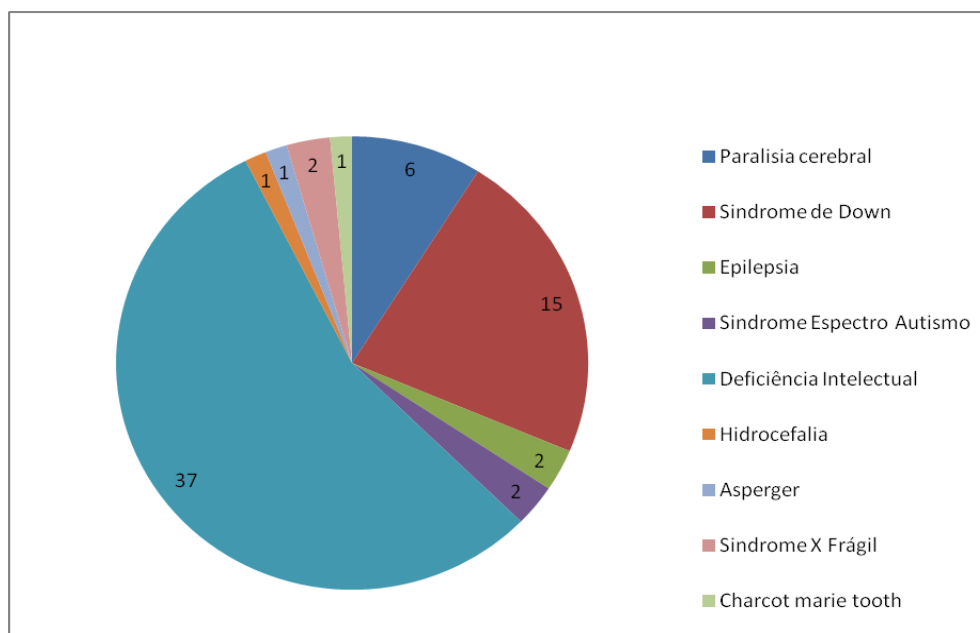


Figura 1. Diagnóstico adicional

Fonte: Dados obtidos através do Projeto “Contribuições do Rio Grande do Sul para a Validação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS no Brasil”.

Podemos constatar, assim, que os diagnósticos basearam-se na história clínica do sujeito. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-V) ressalva que é

necessário treinamento clínico para reconhecer quando a combinação de fatores relacionados a predisposição, precipitação, perpetuação e proteção resulta em uma condição psicopatológica na qual os sinais físicos e os sintomas excedem os limites normais. O objetivo final de uma formulação clínica de caso é usar as informações contextuais e diagnósticas disponíveis para desenvolver um plano terapêutico abrangente que esteja em consonância com o contexto cultural e social do indivíduo. Contudo, recomendações para a seleção e o uso das opções de tratamento mais adequadas para cada transtorno com base nas evidências fogem ao âmbito deste Manual (APA, 2014, p.19).

Atualmente, ainda tem-se uma interpretação médica acerca do conceito de DI, sendo este entendido como um transtorno mental e do comportamento. Podemos constatar tais terminologias nas definições apresentadas no DSM – V (APA, 2014) e na Classificação Internacional de Doenças – CID 10 (OMS, 1993).

O DSM – V nos apresenta a terminologia deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) e, assim como o conceito da AAIDD, é compreendida a partir de três critérios: déficits nas funções intelectuais, nas funções adaptativas e originando-se na fase de desenvolvimento. A diferença é que o conceito apresentado pela AAIDD é um modelo multidimensional, enfatizando os apoios nas diferentes áreas do desenvolvimento do sujeito, que são definidos a partir do funcionamento adaptativo.

Cabe destacar que na CID – 10 em seu capítulo 5, referente aos transtornos mentais e comportamentais, o termo empregado é a terminologia Retardo Mental.

O DSM - V nos apresenta um quadro com os níveis de gravidade para DI elencando os domínios conceituais, práticos e sociais. Podemos perceber, assim, que

o diagnóstico não é centrado no sujeito e, sim, nas características, fatores e descrições presentes, então, o diagnóstico clínico, centra-se em uma perspectiva médico-clínica, possuindo concepções organicista da deficiência e enfatizando aspectos classificatórios e tipológicos (Boueri, 2014), potencializando as incapacidades do sujeito e sua deficiência, sem levar em conta as capacidades e habilidades do mesmo.

Conforme já evidenciado, o conceito da AAIDD centra-se em um modelo multidimensional centrado nos apoios nas diferentes áreas do desenvolvimento do sujeito, que são definidos a partir do funcionamento adaptativo do sujeito, referindo-se às habilidades conceituais, sociais e práticas nas atividades cotidianas.

A AAIDD (2010, p. 109)³ nos apresenta a definição de suporte/apoio como “recursos e estratégias que visam promover o desenvolvimento, educação, interesses e bem-estar pessoal de uma pessoa e aprimorar o funcionamento individual”. Assim, a necessidade de apoio “refere-se ao padrão e intensidade dos apoios necessários para que uma pessoa participe em atividades ligadas ao funcionamento humano normativo” (p.109). Desta forma, nos são apresentados os níveis de apoio: intermitente, limitado, amplo e permanente. Vejamos:

- O apoio intermitente é caracterizado por oferecer-se de forma episódica, de acordo com a necessidade da pessoa e pode ser fornecido com alta ou baixa intensidade. Geralmente por períodos curtos durante transições ao longo da vida.
- O apoio limitado é representado pela consistência ao longo do tempo, sendo o tempo limitado e a natureza não intermitente.
- O apoio amplo é determinado por oferecer auxílio de forma regular em mais de um ambiente e não possuindo tempo limitado.
- O apoio permanente configura-se por ser constante e de alta intensidade ocorrendo em ambiente natural sendo considerado de natureza vital (AAIDD, 2010; Almeida, 2004; Zutião, 2016).

Na figura 2 apresentada a seguir, podemos observar o modelo de apoio formado por duas funções globais. A primeira aborda a incompatibilidade entre a sua competência pessoal e as exigências ambientais e a segunda centra-se em melhorar os resultados pessoais, melhorando, assim, o funcionamento humano através do suporte de apoio individualizado.

Por conseguinte, a SIS busca avaliar/medir a intensidade de apoio necessário do sujeito com DI em habilidades adaptativas, auxiliando assim na identificação das necessidades desse sujeito e possibilitando planejamento mais individualizado para os sujeitos com DI (Almeida, 2013; Thompson et. al., 2004)

3 Tradução livre do autor.

4 Tradução livre do autor.

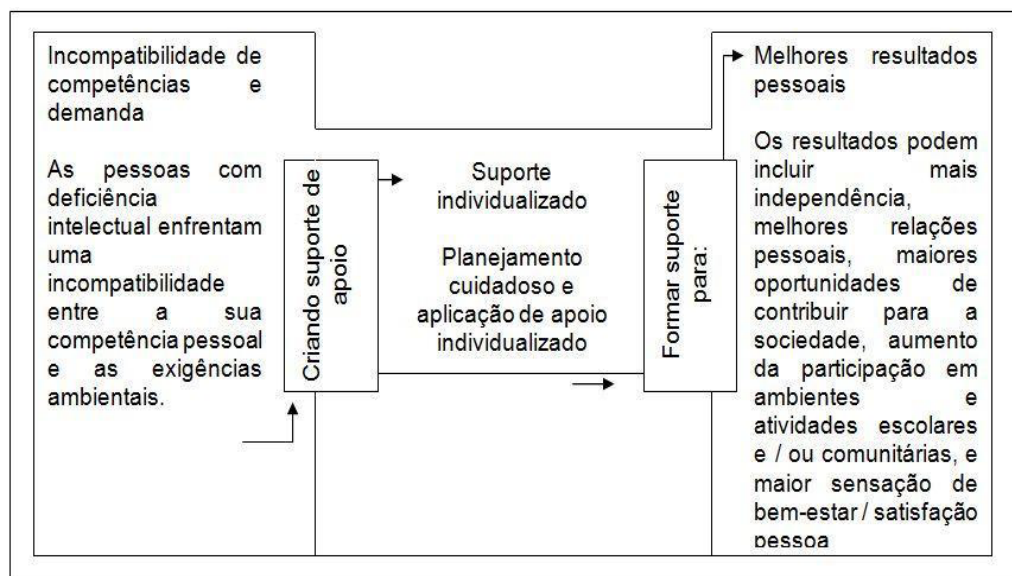


Figura 2. Modelo de Suporte⁴

Fonte: AAIDD (2010)

Podemos perceber o quanto é importante a avaliação, o planejamento e o desenvolvimento de estratégias que contemplem as reais necessidades do sujeito, suas habilidades, dificuldades, medos, desejos, métodos de aprendizagem, preferências e necessidades de apoio.

No que tange a avaliação, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) salienta que esta deve ser biopsicossocial, efetuada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar a qual analisará os impedimentos tanto nas funções quanto nas estruturas do corpo; seus fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, bem como as limitações e restrições nas atividades.

Veltrone e Mendes (2011) nos apresentam a avaliação voltada para a identificação das condições de ensino e aprendizagem, considerando o desenvolvimento das relações estabelecidas neste processo com orientação pedagógica e não diagnóstica.

Cada sujeito é único, capaz de se desenvolver e de aprender, para tanto, devem ser respeitados e valorizados por suas habilidades e não por suas limitações. Desta forma, faz-se necessária uma avaliação que contemple as reais necessidades do sujeito, o desenvolvimento de estratégias funcionais, flexíveis, de forma que possam ser modificadas e/ou adaptadas de acordo com o comportamento e habilidade desse sujeito (Leblanc, 1992).

Sendo assim, as práticas avaliativas devem ser organizadas a fim de fornecer os subsídios necessários que o sujeito/aluno exige, elencando as indicações dos apoios e recursos pedagógicos os quais contribuem para a remoção das barreiras de aprendizagem (Veltrone e Mendes, 2011).

Após essa breve discussão sobre avaliação e necessidades de apoio apresentamos a caracterização detalhada dos dados referentes aos sujeitos participantes desta pesquisa.

Quanto à idade dos participantes: 17 sujeitos com até 19 anos; 30 sujeitos entre 20 e 30 anos; 10 sujeitos entre 31 e 40 anos; seis sujeitos com mais de 41 anos e três sujeitos cuja idade não foi informada.

Observamos que 47 sujeitos possuem a escolarização somente na Escola Especial. Os demais participantes, além de frequentar a Escola Especial, possuem a seguinte escolaridade:

- Seis sujeitos com escolaridade de 1º ao 5º ano Ensino Fundamental Incompleto;
- Quatro sujeitos com escolaridade de 1º ao 5º ano Ensino Fundamental Completo;
- Dois sujeitos com escolaridade de 6º ao 9º ano Ensino Fundamental Incompleto;
- Dois sujeitos com escolaridade de 6º ao 9º ano Ensino Fundamental Completo;
- Três sujeitos com escolaridade do Ensino Médio;
- Um com escolaridade de jovens e adultos (Educação de Jovens e Adultos) e;
- Um sujeito sem informação referente à escolaridade.

Quanto ao tempo que frequentam a instituição especializada, podemos perceber que os sujeitos com nível intelectual severo e profundo são os que se encontram a mais tempo nas instituições especializadas, o que foi verificado a partir de uma análise de correlação de Pearson, que identificou que há correlação entre o nível intelectual e o tempo na instituição ($\rho = 0,3315$).

Tempo na Instituição Especializada	Número de sujeitos de acordo com o Nível Intelectual				Total
	Leve	Moderado	Severo	Profundo	
Sem informação	3	3	0	0	6
1 a 4 Anos	16	11	2	3	32
5 a 10 Anos	6	4	1	0	11
11 a 20 anos	4	5	1	4	14
Mais de 22 Anos	0	0	1	2	3
Total	29	23	5	9	66

Tabela 1. Tempo de Instituição

Fonte: Dados obtidos através do Projeto “Contribuições do Rio Grande do Sul para a Validação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS no Brasil”

Podemos verificar, no gráfico abaixo, que em média os sujeitos participantes da pesquisa permanecem sete anos na instituição especializada, como já mencionado anteriormente. Os sujeitos com nível intelectual severo e profundo são os que

permanecem mais tempo na instituição.

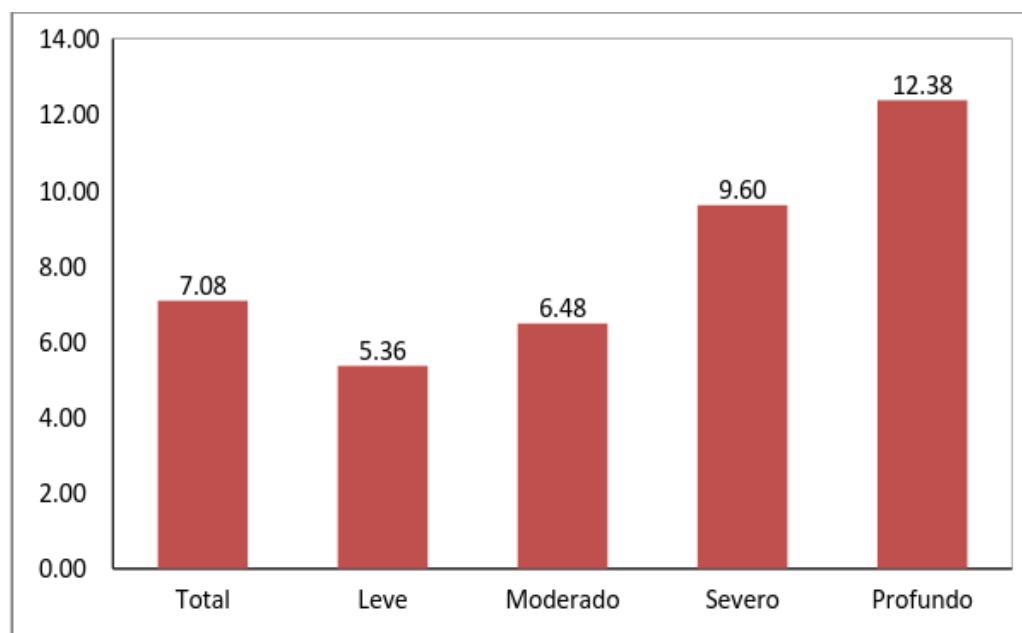


Figura 3. Média do tempo na instituição

Fonte: Dados obtidos através do Projeto “Contribuições do Rio Grande do Sul para a Validação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS no Brasil”

No que tange ao nível intelectual, podemos perceber as necessidades de apoio aumentam na medida em que os níveis intelectuais e o tempo na instituição aumentam, assim, analisando as médias de cada subescalas, tabela 2, podemos observar que as maiores médias estão presentes em “Aprendizagem ao Longo da Vida” (C), destacando-se as seguintes atividades: (C4) “Utilizar tecnologias para aprender”; (C5) “Acessar contextos educacionais e de formação”; (C6) “Aprender competências acadêmicas funcionais” (ler sinais, contar o troco, etc.); e (C7) “Aprender habilidades para a saúde e atividades físicas”.

Subescala	Pergunta	Mínimo	Máximo	Média
A	A1	0	12	3,11
	A2	0	12	4,76
	A3	0	11	6,00
	A4	0	12	1,61
	A5	0	10	3,85
	A6	0	12	2,67
	A7	0	11	4,09
	A8	0	12	3,83

B	B1	0	11	3,50
	B2	0	11	5,74
	B3	0	11	4,47
	B4	0	11	3,44
	B5	0	11	4,36
	B6	0	12	4,17
	B7	0	12	3,95
	B8	0	12	4,11
C	C1	0	11	4,03
	C2	0	11	5,45
	C3	0	12	5,80
	C4	0	12	8,65
	C5	0	12	10,02
	C6	0	12	10,39
	C7	0	12	6,83
	C8	0	12	4,71
	C9	0	12	4,35
D	D1	0	11	5,47
	D2	0	11	5,24
	D3	0	11	3,55
	D4	0	11	3,48
	D5	0	11	6,86
	D6	0	11	6,89
	D7	0	10	4,50
	D8	0	11	9,74
E	E1	0	12	5,30
	E2	0	12	3,17
	E3	0	10	4,62
	E4	0	12	5,11
	E5	0	12	5,91
	E6	0	12	6,03
	E7	0	12	6,08
	E8	0	12	5,03
F	F1	0	11	1,73
	F2	0	11	3,11
	F3	0	12	3,35
	F4	0	11	4,20
	F5	0	12	3,15
	F6	0	12	2,82
	F7	0	12	9,64
	F8	0	12	9,88

Tabela 2: Média das Atividades na Seção 1⁵.

Fonte: Software livre RStudio

Outra média significativa (9,74) observamos na subescala Emprego seção D na

⁵ Vida Diária (A); Vida em Comunidade (B); Aprendizagem ao Longo da Vida (C); Emprego (D); Saúde e Segurança (E); e, Sociais (F).

atividade referente a “Procurar informação e assistência do empregador” (D8); relativo à obtenção de informações no que se refere aos benefícios ou a disponibilidade de programas de apoio.

Na subescala “Atividades Sociais” nos itens “Envolver-se em relacionamentos amorosos e íntimos” (F7) e “Engajar-se em trabalho voluntário” (F8) verificamos um valor significativamente alto 9,64 e 9,88 respectivamente. Sendo as atividades desta subescala (Parte F) as que os sujeitos necessitam de maior apoio.

No que se refere as “Atividades de Vida em Comunidade” podemos perceber que as médias se mantêm constantes nos itens que compõem essa subescala.

Já as menores médias estão presentes nas atividades referentes a “alimentar-se” (A4) e “socializar-se no ambiente doméstico” (F1).

Pensar em uma avaliação como a que a SIS possibilita, nos permite considerar as possibilidades e capacidades do sujeito com DI, elencando as demandas de apoio apropriadas à necessidade do sujeito, durante um determinado período de tempo. Desta forma, o funcionamento da pessoa pode evoluir, podemos, assim, como já mencionado, considerar a avaliação, o qual é passível de mudança, uma vez que o mesmo leva em consideração as questões ambientais, o desenvolvimento de potencialidades e implementação de apoios.

CONCLUSÕES

A evolução do conceitode DI, que corresponde à ocorrência concomitante de limitações significativas no desenvolvimento intelectual e no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas (AAIDD, 2010), nos possibilita discutir as mudanças do modo como a sociedade vê e se relaciona com as pessoas com deficiência, mudanças essas relacionadas com:

- (a) expectativas positivas para as experiências de vida das pessoas com deficiência,
- (b) a utilização de descrições funcionais das condições incapacitantes, (c) maior orientação para atividades apropriadas à idade cronológica, (d) o aparecimento de serviços conduzidos pelo consumidor, e (e) a prestação de apoios individualizados por meio de redes de apoio (Thompson, 2004, p. 6).

A partir do que foi exposto, o objetivo geral deste trabalho foi discutir o atual conceito de deficiência intelectual com base nos resultados da Escala de Intensidade de Apoio (SIS), do Rio Grande do Sul. Desta forma, o modelo teórico multidimensional apresentado na décima primeira edição da AAIDD que utiliza-se de três elementos fundamentais: o sujeito, o ambiente e os apoios que o sujeito utiliza nos serviu de base e com esse modelo teórico, vemos a deficiência a partir dos fatores pessoais e ambientais, e, também, através dos apoios individualizados apropriados, refletindo a interação do sujeito com o contexto no qual ele está inserido e no qual ele interage. Assim, o foco não é na deficiência e sim no contexto, nas possibilidades e nos apoios necessários para cada sujeito.

Logo, as implicações presentes na definição, classificação e apoio apresentados pela AAIDD na décima primeira edição podem ter implicações nas políticas públicas, nas organizações provedoras de apoio e, por consequência, implicações educacionais e na formação inicial de professores.

Cabe destacar que as implicações educacionais referem-se à melhoria do funcionamento humano, abordando a heterogeneidade através de apoios individualizados. O que ensinar, como e onde ensinar, através de um “processo de avaliação, planejamento, monitoramento e avaliação de apoios individualizados em educação especial” (AAIDD, 2010, p. 194). Outrossim, após a identificação das experiências e objetivos de vida desejados, avalia-se as necessidades de apoio para posteriormente desenvolver e implementar o plano individualizado. E a formação inicial de professores, no nosso caso, refere-se a formação de educadores especiais, professores aptos, também, à docência nos serviços especializados e de apoio pedagógico as pessoas com DI.

Com a mudança na definição de deficiência intelectual, em 2010, deu-se ênfase na elaboração e disponibilização de apoios individualizados. Desta forma a Escala de Intensidade de Apoio (SIS) pode ser um instrumento adequado, para avaliar as necessidades de apoio de jovens e adultos com DI, a realidade brasileira.

Em suma, as informações contidas na SIS contribuem para a identificação de jovens e adultos com DI com base na intensidade de apoio, proporcionando ao profissional objetivamente as áreas as quais o sujeito necessita de maior e menor apoio, possibilitando o desenvolvimento de planos individualizados com uma abordagem objetiva, centrando-se no sujeito, a fim de priorizar preferências e apoios necessários para participar em contextos e atividades específicas.

Na realidade do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, nos deparamos com resultados que nos fazem pensar sobre o processo de ensino aprendizagem, o tempo que o sujeito permanece na instituição e a qualidade do ensino oferecido para esse sujeito.

Também, como esse trabalho tem interface como o curso de licenciatura em Educação Especial (UFSM), percebe-se que essa escala pode ser um instrumento potente na iniciação a docência, para ser utilizado pelo licenciando em Educação Especial no planejamento das suas atividades práticas de ensino durante a sua formação inicial.

Espera-se, assim, que com a validação da SIS na realidade brasileira, a mesma torne-se um recurso a ser utilizado na avaliação, na formação inicial de professores e nos planejamentos individualizados. Também, e principalmente, que seus resultados fomentem novas discussões sobre a visão e a relação da sociedade com a pessoa com DI. O resultado obtido por meio da aplicação do instrumento pode auxiliar o profissional na tomada de decisões para elaboração de planos junto a equipes multiprofissionais, possibilitando assim que diferentes profissionais autem com objetivos comuns visando integração e pleno desenvolvimento do potencial do sujeito e melhora de qualidade

de vida.

REFERÊNCIAS

- AAIDD, Association of Intellectual and Developmental Disability (2010). Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports/The AAIDD Ad Hoc Committee on Terminology and classification. 11th Ed.
- AARM, American Association on Mental Retardation (2006). Retardo mental: definição, classificação e sistema de apoio. Tradução Magda França Lopes- 10ª Ed. Porto Alegre. Artmed.
- Almeida, Maria Amélia (2013) Adaptação e Validação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS para o Brasil: Uma Contribuição para Avaliação Funcional de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual. Projeto submetido ao edital: MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013. São Carlos.
- Almeida, Maria Amélia (2004). Apresentação e Análise das Definições de Deficiência Mental Propostas pela AAMR- Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. Revista de Educação Puc-Campinas, n.16, p.33-48, Junho 2004. Retirado de <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/284/267>
- American Psychiatric Association (2014). DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Boueri, Iasmin Zanchi (2010).Efeitos de um programa educacional para atendentes visando a independência de jovens com deficiência intelectual Institucionalizados.Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar.
- Brasil (2015). Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 2015. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
- Castro, Sabrina Fernandes & Menezes, Eliana da Costa Pereira (2014). Contribuições do Rio Grande do Sul para a avaliação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS Brasil. Projeto de Pesquisa- UFSM. Santa Maria.
- CID-10 (1993). Classificação de transtornos mentais e de comportamento. Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Brasília: MEC/CORDE.
- CIF (2004). Classificação Internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Organização Mundial da saúde. Lisboa. Tradução e revisão Amélia Leitão.
- IBGECidades. Rio Grande do Sul » Santa Maria» ensino - matrículas, docentes e rede escolar. Retirado de <http://cod.ibge.gov.br/3G2F>
- Leblanc, Judith. M.(1992). El Currículum Funcional em la educación de la persona com retardo mental. Presentación en de la ASPANDEM. Mallaga, España.
- Organização Mundial da Saúde- OMS (2004). Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. OMS/ OPAS.
- Pessotti, Isaías. (2012). Deficiência Mental da superstição à ciência. Marília: ABPEE.
- Pletsch, Márcia Denise; GLAT. Rosana. (2012). A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Artigo aceito para publicação na Revista Linhas Críticas da UnB, Brasília/DF.

Thompson, J. R. & Bryant, B. R. & Campbell, E. M. & Craig, E. M. & Hughes, C. M. & Rotholz, D. A., et al. (2004). Supports Intensity Scale user's manual. Washington, DC: American Association on Mental Retardation. Versão para adaptação e validação Brasileira –Responsável: Profa. Dra. Maria Amélia Almeida / UFSCAR.

Veltrone, Aline Aparecida, & Mendes, Enicéia Gonçalves. (2011). Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 21(50), 413-421. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300014>

Zutião, Patrícia (2016). Programa “Vida na Comunidade” para familiares de jovens com deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos: UFSCar. Retirado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7889>

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme : Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-434-4

